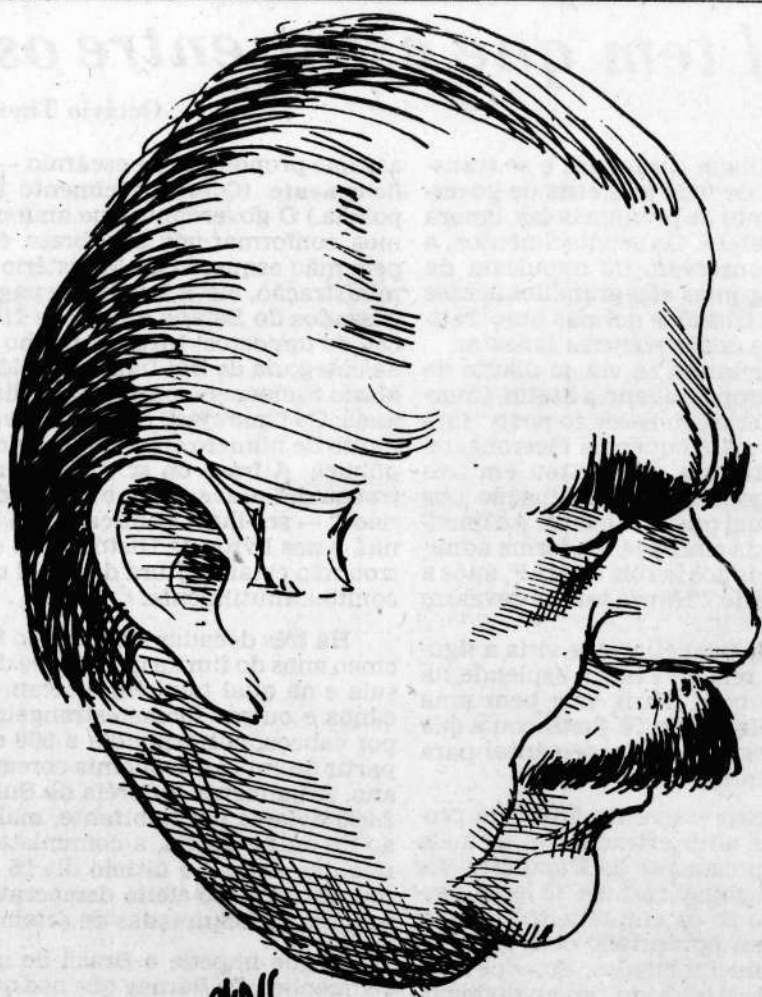


Política

CONFRONTO



Última cartada

SARNEY ULYSSES

Sem descanso, lista dos constituintes de cada Estado nas mãos, Sarney começou a jogar seu último trunfo: o peso dos governadores sobre suas respectivas bancadas.

Ele nega manifestar publicamente sua preferência. E, apesar de prever que a decisão será no voto, diz que persegue um acordo, nem que seja na "25ª hora do dia".

O presidente José Sarney jogou ontem as últimas cartas para aprovar, o sistema presidencialista de governo apostando no peso que os governadores exercem sobre as bancadas de seus Estados na Constituinte. No meio da tarde, vindos dos quatro cantos do País, eles começaram a desembarcar em Brasília seguindo direto para o Palácio do Planalto, onde Sarney já os aguardava com o mapa político da Constituinte nas mãos.

A população política da Capital Federal deve crescer ainda mais nas próximas horas, com a confirmação da chegada de quase todos os governadores, além de deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Pela estratégia do Planalto, na reta final todo esforço é válido para garantir o sistema presidencialista. Durante todo o dia foi intensa a movimentação de políticos, tanto no Planalto, onde Sarney despachou à tarde, como no Alvorada, onde manteve reuniões pela manhã e à noite. Segundo assessores presidenciais, o telefone particular de Sarney, ao qual somente os políticos de confiança têm acesso, não parou de tocar um só instante.

Os governadores, no entanto, negaram que seu objetivo seja pressionar os constituintes. Tarcísio Burty, da Paraíba, por exemplo, foi a Brasília comunicar a Sarney, "espontaneamente", con-

forme explicou, que a exceção de um constituinte — cujo nome não revelou —, a bancada do PMDB de seu Estado vota no presidencialismo, com cinco anos de mandato.

Além de Burty, Sarney recebeu manifestações de voto que fazem acreditar numa vitória presidencialista, se for levado em conta o poder de fogo de cada governador, por Estado. Eis a relação dos governadores que se reuniram com o presidente e o número de representantes de cada Estado na Constituinte: Alvaro Dias, do Paraná (33 votos); Amazonino Mendes, do Amazonas (11 votos); Epitácio Cafeteira, Maranhão (21 votos); Tasso Jereissati, Ceará (25 votos); Geraldo Mello, Rio Grande do Norte (11 votos); Carlos Valadares, Sergipe (11 votos); Newton Cardoso, Minas Gerais (56 votos); Jorge Mova da Costa, Amapá (4 votos); José Aparecido de Oliveira, Distrito Federal (11 votos); Tarcísio Burty, Paraíba (15 votos). Estão confirmadas para hoje as presenças de Pedro Ivo, de Santa Catarina, que tem no plenário 19 votos, e Gerônimo Santana, de Rondônia, com 11 votos.

Apesar de os governadores não representarem a totalidade dos votos que Sarney necessita em cada bancada para derrubar o parlamentarismo, o governo fez as contas — embora não as tenha apresentado oficialmente — e concluiu ter maioria o presiden-

cialismo. Esse otimismo foi confirmado pelo empresário Fernando Sarney, filho mais velho do presidente, que desembarcou com mais um reforço: o governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita: "O presidencialismo venceu", declarou o filho do presidente.

O mesmo otimismo foi revelado pelos líderes Carlos Sant'Anna, Saldanha Derzi e José Lourenço. "Não pensamos em nenhuma outra hipótese a não ser a vitória expressiva do presidencialismo", afirmou Sant'Anna. Saldanha Derzi garantiu uma vantagem "surpreendente".

Era de se esperar, com tanta confiança, uma manifestação oficial do governo que, no entanto, preferiu manter um silêncio discreto. Contrariando seu hábito, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, evitou jornalistas. E quando abordado, durante a solenidade do centenário da abolição da escravatura, no planalto, entrou quase correndo no elevador. "A hora não é de falar", disse. O próprio Sarney, escondendo a tensão, acenou sorrindo para um grupo de jornalistas, mas recusou o convite para uma conversa. Acompanhava-o de perto o seu médico particular, Messias Araújo, que desde o final da semana vem prescrevendo procedimentos especiais, como longas caminhadas, para relaxar o presidente.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reconhece que está difícil conseguir qualquer acordo na questão do sistema de governo e prevê que a decisão será mesmo no voto. Mesmo assim, ele continua batalhando. "Já vi nesta Casa chegar-se a um entendimento na 25ª hora do dia", garantiu ontem. Ulysses, contudo, embora afirme que o parlamentarismo com cinco anos é uma tese que vem crescendo, nega-se a falar abertamente sobre sua preferência: diz que sua condição de presidente da Constituinte dificulta a apresentação de posições pessoais. Além disso, lembra que a convenção do PMDB já deliberou que essa questão está a cargo da consciência de cada parlamentar.

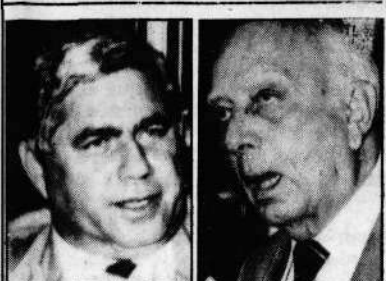
E foi exatamente isso que Ulysses disse ontem ao deputado Virgildário Sena, que entregou a ele um manifesto com 174 assinaturas de constituintes do PMDB que pediam a ele "defender o sistema parlamentarista de governo, na linha de pensamento da maioria de seus liderados". Sena acrescentou que o documento representa a maioria dos 296 constituintes do PMDB. "O sistema parlamentarista de governo é o que oferece ao povo brasileiro o caminho para a consolidação da democracia e da justiça social que a Nação almeja", diz o documento, que Ulysses classificou como "histórico". Mas que não conseguiu convencê-lo a apoiar publicamente.

Ulysses, na verdade, está preocupado com o que virá depois da votação e com seu próximo trabalho de administrar o resultado e impedir reações, além de buscar formas de composição que evitem "rachaduras" nos partidos. Tal preocupação foi captada ontem pelo deputado Afif Domingos (PL-SP), depois de uma audiência com Ulysses.

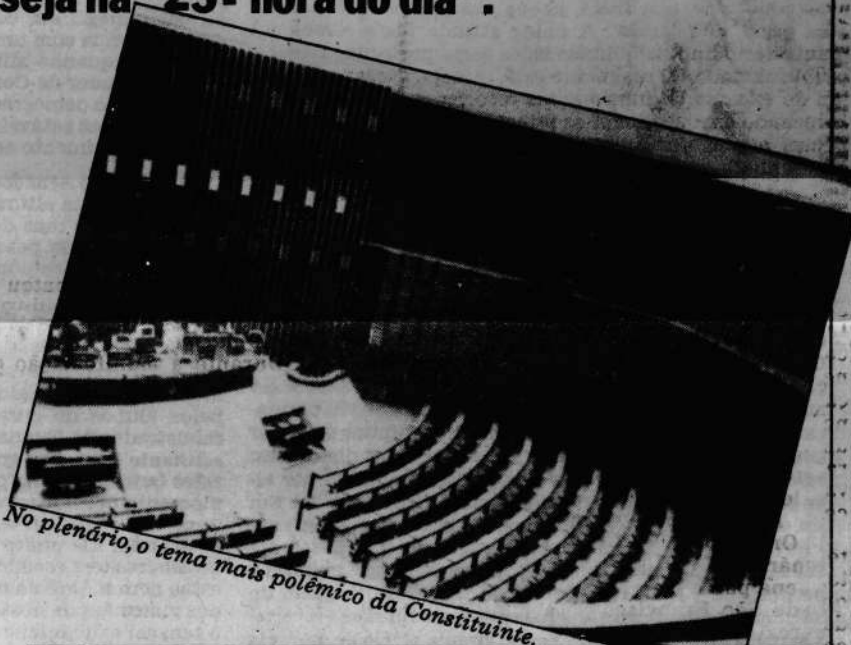
Se não houver mesmo qualquer acordo, o lado perdedor terá de ser controlado, para que não haja "fermentação", conforme prevê Ulysses. E ele vem trabalhando com todas as alternativas. Se o presidencialismo ganhar, ele terá que analisar a reação dos parlamentaristas, e vice-versa. Em caso de "buraco negro", terá que administrar uma negociação. Há também a hipótese, segundo Ulysses, de derrotado o presidencialismo, muitos dos defensores do sistema votarem no parlamentarismo para evitar o "buraco negro".

"Ulysses está frio em termos de uma análise", relatou Afif. Mas não quis dizer se, entre as alternativas, a última vem sendo vista por Ulysses como uma das formas de conseguir que o parlamentarismo seja vitorioso, com a consequente vitória do próprio Ulysses, que ganharia o cargo de primeiro-ministro.

De qualquer forma, Ulysses sustenta que persegue um acordo. E admitiu ontem que a presença dos governadores em Brasília poderá influenciar a decisão dos constituintes. "Os governadores têm poder de convencimento", disse.



Newton Cardoso: o peso de Minas para derrotar o parlamentarismo. E Ulysses pede a cada um que vote com sua consciência.



No plenário, o tema mais polêmico da Constituinte.

Indefinição: tática da "bancada do Ulysses".

A "bancada do Ulysses" com mais de 30 deputados e existência informal reconhecida pela maioria dos constituintes poderá ser decisiva na votação de hoje. É um grupo de parlamentares que segue a liderança de Ulysses Guimarães e está acostumada com sua tática de indefinição até o último momento, como é o caso do sistema de governo, em que o presidente do PMDB tem oscilado da convicção presidencialista para a solução parlamentarista.

Há também o grupo dos "ulyssistas anônimos", ainda mais discretos e cujos nomes são mantidos em relativo sigilo, para que atuem nos momentos decisivos, sendo a definição dada pelo deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), um dos mais fiéis seguidores do presidente da Constituinte. Os "ulyssistas" não gostam de quantificar suas forças, mas para o senador José Richa "são no mínimo 30" — número considerado modesto pelo senador Jarbas Passarinho. A "bancada de Ulysses" está sendo resguardada para contrapor-se aos pequenos partidos de esquerda, como o PT e o PDT, grupos de maior rigidez ideológica, nas questões de interesse de Ulysses — e talvez, coincidentemente, do governo.

Alguns "ulyssistas" são notórios como Heráclito Fortes, Ibsen Pinheiro (RS) e Genebaldo Correia (BA), mas há também liderados dos ministros Renato Archer e Luiz Henrique e dos governadores Waldir Pires, Pedro Simon e Miguel Arraes, todos correligionários fiéis do presidente do PMDB, que a seu favor mobilizam suas influências.

O deputado Hélio Duque (PR) classifica Ulysses como "surfista político", sempre atuando as grandes ondas, esperando que elas se formem para ter consistência e direção. Em

sua opinião, a "bancada de Ulysses" é superior a 40 deputados e não tem compromissos com a história do partido, e sim do atual presidente, pois inclui também os salvados do PDS, como o ministro Prisco Viana.

Heráclito Fortes mantém sigilo sobre os "ulyssistas anônimos" e não revela como se processam as reuniões do grupo. Entre os deputados que seguem a orientação de Ulysses estão, além de Heráclito, o líder Ibsen Pinheiro, Artur da Távola (RJ), Renato Viana (PR), José Geraldo (MG), Marcelo Cordeiro, Genebaldo Correia e Jorge Medaular (BA), Ubiratan Aguiar (CE), Fernando Gasparian, Roberto Rollemberg e Manoel Moreira (SP), Cid Carvalho (MA), Fernando Coelho (PE), Antônio Câmara e Henrique Alves (RN), mais o senador Albano Franco e muitos integrantes do Centro Democrático liderado por Expedito Machado (CE). Para o deputado José Costa (AL), a "bancada de Ulysses" elimina a do PT e do PDT. Jorge Hage (BA) observa que a bancada é como seu líder: sabe como ficar discreta em cima do muro até a hora da definição, todos identificados com a posição do chefe.

As reuniões do grupo são esporádicas, pois a maioria entende os sinais de Ulysses e seu comportamento, além da discricção desejada. Sobre os "ulyssistas anônimos" ninguém revela pistas, pois eles podem estar até em outros partidos, como se fosse na confraria ligada ao presidente da Constituinte. "Não há dúvida de que Ulysses pode decidir qualquer votação importante na Constituinte, e seu grupo não se manifesta sobre temas corriqueiros, só os decisivos, observam os senadores Jarbas Passarinho e José Richa. O presidente Sarney também sabe disso, comenta um integrante da "bancada de Ulysses".

O apoio desses governadores ao presidente

O governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, deixou ontem o gabinete do presidente José Sarney, com quem conversou reservadamente, sem falar em vitória presidencialista, mas já classificando de "golpe" a aprovação do parlamentarismo como sistema de governo a vigorar no País. Para Cafeteira, o "golpe" a ser aplicado pelos constituintes gera o risco do "contra-golpe", numa alusão à radicalização política que poderia favorecer uma nova intervenção militar.

De acordo com o governador maranhense — cujas declarações ele garante contar com o consentimento do próprio presidente Sarney —, o parlamentarismo frustraria o povo que deseja eleger o futuro presidente da República e colocaria sob alto risco a transição democrática.

Cafeteira acredita "na força do voto", representado num regime no qual o presidente da República é eleito pelo voto, e nesse sentido não vê condições para Sarney negociar com os parlamentaristas. "Se o presidente Sarney negociasse, estaria demonstrando um interesse oportunista de quem quer ficar no poder de qualquer maneira, isto é atético. Ele não deve negociar", afirmou.

Paraná
O governador do Paraná, Alvaro Dias, deixou o palácio do Planalto ontem dizendo que o presidente Sarney está fazendo um apelo pela unidade, "pelo dia seguinte", pedindo uma coesão para viabilizar um cronograma que permita vencer a transição sem retrocesso.

O presidente está pensando no dia seguinte e acredita na vitória do presidencialismo com cinco anos de mandato. Alvaro Dias também. Mas ele não disse quantos parlamentares de seu Estado votariam com essa posição, argumentando que só teria essa avaliação à noite, depois de reunir-se com a bancada paranaense na

Constituinte. Ele defende o presidencialismo.

Alvaro Dias afirmou que foi ontem ao palácio do Planalto espontaneamente, e encontrou o presidente tranquilo. Sarney, de acordo com o governador, considera esse momento da maior importância.

Amazonas

Para o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, "o presidente Sarney está tranquilo, calmo e acha, firmemente, que vai passar o presidencialismo com mandato de cinco anos para ele". Essa foi a conclusão de Amazonino, depois de uma audiência ontem no Palácio do Planalto. O presidente, de acordo com o governador, tinha a certeza de que contava com uma maioria na votação desses dois assuntos. Da parte de sua bancada, garantiu que dos 11 parlamentares do Amazonas, nove eram favoráveis ao presidencialismo.

Mas isso não significa qualquer pressão sobre os políticos de seu Estado, segundo disse o governador, acrescentando que estava em Brasília para conversar com sua bancada e acreditava que todos os governadores que se encontravam em Brasília, desde ontem, também estariam fazendo a mesma coisa.

Amazonino Mendes ainda considerou uma atitude política natural o trabalho do governo no sentido de conseguir, pelo convencimento, a aprovação do presidencialismo e dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

Fernando de Noronha

"O presidente Sarney não suporta mais o fisiologismo e não aceita mais nenhum acordo", afirmou ontem o governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, que revelou estar o governo confiante na vitória do presidencialismo com cinco anos na Constituinte, com aproximadamente 300 votos.

"Pessoalmente, eu acho que o governo tem mais de que partir para o confronto, até porque não tem mais emissoras de rádio, verbas e outros favores a dar", disse ele, salientando que não tem autorização do presidente da República para revelar os nomes dos fisiológicos. Para o governador, não há princípios ideológicos na disputa pelos quatro ou cinco anos nem pela definição do sistema de governo. Há apenas interesse.

"Quem votou nos cinco anos na Sistematização se queixa que não foi 'ternurado' (sic) pelo governo ou que não teve seus pedidos atendidos — afirmou Fernando César. Quem quer quatro anos, quer por interesse pessoal ou também para conseguir alguma coisa em troca do seu voto." O presidente Sarney, segundo o governador, está "enojado, não agüenta mais tanta pressão, tanta deslealdade".

Fernando César garantiu que o presidente Sarney não está negociando nenhum acordo pelo parlamentarismo com cinco anos de mandato nem autorizou ninguém a negociar em seu nome. A posição do presidente da República, segundo Fernando César, continua a mesma: "Ele está preocupado com a transição política. Ele não agüenta mais o governo e não deseja mais um ano de mandato. O que ele quer é cumprir a missão que recebeu de completar o processo de redemocratização do País".

O governador não quis comentar a posição dos ministros militares em favor dos cinco anos para Sarney, dizendo que não tem informações a respeito. Assegurou, contudo, que o presidente Sarney não tem nenhum interesse em adiar a definição do seu mandato ou prolongar o seu tempo no cargo.

"O presidente hoje é um homem profundamente amargurado com tanto fisiologismo", reafirmou.